

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

Official orientations of the municipal system of education of Belém concerning academic practices during the covid-19 pandemic

Marluce Batista Silva Cardoso
Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém - Brasil

Resumo

Esta pesquisa analisa as orientações oficiais prescritas às práticas curriculares dos docentes da rede municipal de educação de Belém no período da pandemia de Covid-19. Pauta-se na pesquisa de abordagem qualitativa, tipo documental e análise de conteúdo. Analisou-se o calendário letivo, aprovado pela Resolução nº 30-CME/2022, o Parecer nº 86/20 e o Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2º semestre de 2021. Dialoga-se sobre as práticas curriculares regidas pelas normativas voltadas ao funcionamento das escolas municipais e as orientações oficiais acerca da gestão e organização do currículo. Os documentos orientadores para as práticas docentes neste período apontam que o ensino remoto e o retorno gradual das aulas presenciais foram necessários, apesar das dificuldades e desafios das práticas curriculares, os professores buscaram efetivar um processo educativo na perspectiva democrática, coletiva e inclusiva.

Palavras-chave: Orientações oficiais; Práticas curriculares; Pandemia de Covid-19.

Abstract

This research analyzes the official guidelines prescribed for the curricular practices of teachers in the municipal system of education of Belém in the period of the Covid-19 pandemic. It is based on research with a qualitative approach, documentary type and content analysis. The school calendar, approved by Resolution nº 30-CME/2022, Opinion nº 86/20 and the Plan for the return of blended activities for the 2nd semester of 2021 were analyzed. functioning of municipal schools and official guidelines on the management and organization of the curriculum. Guiding documents for teaching practices in this period point out that remote teaching and the gradual return of face-to-face classes were necessary, despite the difficulties and challenges of curricular practices, teachers sought to implement an educational process from a democratic, collective and inclusive perspective.

Keywords: Official orientations; Academic practices; Covid-19 pandemic.

Introdução

Este artigo faz parte da pesquisa acadêmica em processo de desenvolvimento, sobre as práticas curriculares conduzidas no contexto da pandemia de Covid-19 pelas orientações oficiais da Rede Municipal de Educação de Belém aos professores e professoras e demais profissionais das escolas públicas municipais, que viveram dois anos intensos de trabalho, carências e dificuldades, tendo que garantir o direito à educação na condução do processo de ensino-aprendizagem, que constitui a formação do estudante pela educação escolar. A pesquisa tem elo com o Mestrado em Currículo e Gestão de Escola Básica da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Neste recorte, pontua-se sobre as orientações oficiais que implicaram nas práticas curriculares e, por conseguinte, na dinâmica do currículo das escolas municipais, que teve sua condução, por longo período, fora do espaço escolar, substituída pelo ensino remoto emergencial. No decorrer da organização e implementação dos protocolos sanitários sobre higiene, segurança e a aplicação das vacinas, houve a implementação do ensino híbrido.

Aqui, apresenta-se perguntas que norteiam a pesquisa, como “Quais normativas foram implementadas pelo Sistema Municipal de Educação de Belém para orientar o funcionamento da Rede Municipal de Educação – RME, no período da pandemia?”, “Quais orientações oficiais foram definidas pelo Sistema municipal de Educação de Belém no que diz respeito à gestão e à organização do currículo das escolas municipais de Belém?”. A partir das questões de investigação, discorre-se, com base nos documentos oficiais norteadores, a educação básica pública municipal mediante o caos pandêmico.

O documento que regeu as aulas não presenciais no ano de 2020, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), foi o Calendário letivo/2020, adaptado à Lei nº 14.040/2020, para RME de Belém, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Belém, no ano de 2020, no ápice pandêmico, pela Resolução nº 30-CME, 22/12/2022, Parecer nº 86/20. O segundo documento norteador das aulas, já no ano letivo de 2021, foi o “Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2º semestre letivo-2021: Belém, cidade alfabetizada e educadora”.

Discutir e refletir sobre esses momentos tensos e intensos, possibilita criar um diálogo favorável à educação básica, traçando caminhos que fortalecem sua importância para a formação dos estudantes de todas as etapas e modalidades de ensino. Nesse contexto, as

especificidades regionais do município de Belém devem ser incluídas e reconhecidas, como as escolas localizadas nas regiões ribeirinhas, de várzea, quilombolas, que possuem a regionalidade amazônica.

Tecer essa construção atinge o objetivo da pesquisa, que é analisar as orientações oficiais prescritas para as práticas curriculares dos docentes da RME de Belém, no período da pandemia de Covid-19. Contribuindo para o conhecimento sobre o texto e o contexto das orientações oficiais que direcionaram a educação do município de Belém, pois mediante o estudo dos documentos encontra-se caminhos para reflexões, aprendizagens e novas ações, construídos no percurso científico e metodológico.

A metodologia pauta-se na abordagem qualitativa na qual, segundo Bodgan e Biklen (1994, p. 49), os detalhes são importantes na pesquisa e nada pode passar despercebido, pois:

A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

Essa atenção voltada aos detalhes na abordagem qualitativa enriquece o estudo, especialmente este, desenvolvido em um contexto pandêmico, ressaltando que a investigação do objeto inclui uma realidade que alterou a rotina das escolas, suspendeu as aulas presenciais e os professores passaram a trabalhar com ensino remoto emergencial, muitas das vezes, de suas próprias residências.

Dada a circunstância, encaminhar a pesquisa no viés qualitativo, no qual todos os pontos devem ser considerados e analisados, ajudará na investigação proposta sobre as orientações oficiais para o desenvolvimento das práticas curriculares dos professores da RME de Belém-PA.

A pesquisa documental, nesse contexto, alinha-se à metodologia deste estudo, ao permitir o aprofundamento sobre as questões norteadoras que se referem às informações contidas nos documentos oficiais sobre a condução das aulas nas escolas municipais públicas na pandemia de Covid-19. Nesse ínterim, Cellard (2012, p. 295) enfatiza: “Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador [...]”. Sendo assim, a pesquisa documental, por meio das fontes escritas, descobre elementos suficientes para estudar as informações

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

que compõem o fenômeno, no cenário que o mundo vive é relevante seu uso, pois é possível construir pesquisa e compartilhar conhecimentos por documentos.

Nesta mesma cadência tem-se a análise e interpretação dos dados da pesquisa por análise de conteúdo, resultante do estudo dos documentos. A respeito da análise de conteúdo, Bardin (2011, p. 15) explica que se trata de:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade de subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem.

O método estuda os discursos, captando as mensagens objetivas e subjetivas de forma profunda, inseridos nos textos dos documentos em análise, bem como investigando os detalhes dos vários casos relacionados à pesquisa a partir da comunicação, seja ela escrita ou falada.

No universo da pesquisa, discorrer sobre as práticas curriculares a partir das orientações oficiais, direcionadas aos professores e professoras que tiveram que (re) pensar a dimensão curricular em uma lógica em que os estudantes estavam fora da escola, redimensionar as atividades pedagógicas para esse contexto, bem como remodelar suas práticas diante das situações surgidas e, assim, dar sentido ao processo de ensino-aprendizagem durante as aulas remotas. Alicerçar esse movimento do currículo com a pesquisa facilita a construção científica pautada na realidade desse município de cultura amazônica.

Desse modo, o artigo traz apontamentos sobre práticas curriculares, dialoga com base nos documentos oficiais em relação às normas para o planejamento das aulas e práticas curriculares na Rede Municipal de Educação de Belém e as orientações oficiais para a gestão e organização do currículo das escolas municipais. Tais análises permitem pensar e (re) criar o currículo com vistas no potencial do sujeito, suas necessidades e seus direitos garantidos pela educação, oferecendo condições a este sujeito-estudante de se autoformar com os conhecimentos e aprendizagens construídos nas escolas para que ecoem na sociedade

atitudes e opiniões que tragam a cidadania, a diversidade por um currículo plural, crítico e inclusivo.

Apontamentos sobre práticas curriculares

Falar sobre práticas curriculares no contexto da pandemia de Covid-19 é necessário, pois nesse período de distanciamento social houve consequências como uma grande desassistência à população, principalmente às pessoas com vulnerabilidade social e econômica que foram as mais afetadas neste período. O caos manteve-se para muitos, mesmo com a chegada da vacina. Além da crise pandêmica, existe uma crise econômica e social que prejudicou ainda mais as pessoas que vivem em estado precário e com baixa renda.

Os tempos de pandemia representaram mais que fechamentos de fronteiras, estabelecimentos, protocolos de segurança para conter a transmissão do vírus. Nesse sentido: “As medidas contra a pandemia geraram impactos sociais, culturais, econômicos e políticos, sobretudo para os grupos que já não tinham acesso aos bens e serviços”. (XAVIER, 2020, p. 12). Os impactos desestruturaram a vida das pessoas, que precisaram encontrar estratégias de sobrevivência em meio à luta contra o vírus.

Esses grupos são representados por àqueles(as) que sempre foram marginalizados socialmente diante de uma sociedade machista, capitalista e patriarcal. Eles precisam de assistência e atenção diferenciada, como as mulheres provedoras de famílias, os negros, homossexuais e deficientes. Nesse contexto, agravam-se outras situações, como a violência contra a mulher, a violência no campo, na periferia e aos povos indígenas. Xavier (2020, p. 13) enfatiza que:

A crise social gerou o recrudescimento da violência. Nos últimos anos enfrentamos processos complexos de violência e violação dos poucos direitos voltados para os grupos socialmente excluídos. A violência tomou escala comparável a um estado em guerra. Homicídio, feminicídio, tortura, violência sexual, violência doméstica e intradomiciliar, especialmente contra povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, população negra, pessoas LGBTQIA+, e meninas e mulheres cis e trans. A violência policial fez muitas vítimas – crianças, jovens e mulheres negras. No primeiro semestre de 2020 foram assassinadas, pelas polícias civil e militar, 3.148 pessoas no país.

Nesse cenário nacional estão incluídas as situações regionais, locais, reverberando nas escolas e em outras instituições de cunho estrutural e logístico que dificultaram o ensino remoto emergencial. Como exemplo, podemos citar a falta de estrutura tecnológica dos

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

estudantes em suas casas para se comunicarem e participarem das aulas virtuais. Essas situações ocorreram na realização do ensino remoto emergencial e implicaram no processo de ensino-aprendizagem, onde as práticas curriculares tiveram de ser desenvolvidas nesta reorganização do currículo. Neste cenário de vulnerabilidade humana, afastamento das pessoas e de aulas não presenciais, as práticas curriculares contribuíram para a continuação da educação na crise sanitária.

As aulas, durante a forte crise da pandemia, foram realizadas em contexto muito complexo de lutos e desafios diários por parte das pessoas. As práticas curriculares aconteceram imersas nestas condições e tinham que ser consideradas na mediação do processo de ensino e de aprendizagem com os estudantes e a comunidade escolar.

A educação escolar ganha um novo contorno, toda ação pedagógica antes realizada de forma presencial na inter-relação entre aluno e professor, passa a ser virtual e de outras formas. As práticas curriculares passam a ser efetivadas nesse contexto, reconfigurando o currículo. Lunardi-Mendes (2008, p. 131) menciona que:

As práticas curriculares de sala de aula são, portanto, expressão das práticas curriculares da escola, sendo condicionadas pela organização do tempo e do espaço escolar. São as ações implementadas e recontextualizadas no espaço da sala de aula por professores e alunos na constituição daquilo que chamamos de currículo.

Nesse sentido, as práticas curriculares são definidas pelas ações que ocorrem na escola e mediadas pelos professores e, em tempos de aulas não presenciais, elas precisaram ser reconstruídas para ser compartilhadas com os estudantes por vias tecnológicas digitais, aulas pela TV, construção de atividades impressas e demais formas. O planejamento dessas ações pedagógicas e sua efetivação representam as práticas curriculares por estarem envolvidas em um contexto no qual os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, os estudantes, estão construindo sua formação e identidade.

Logo, as práticas curriculares ocorrem e agem dentro e fora da escola, por serem constituídas por intencionalidades que dão sentido ao currículo de dimensão social e cultural na educação escolar. As práticas curriculares, por sua vez, implicam na aprendizagem e possuem condições de trilhar diferentes caminhos no ensino para alcançá-la diante dos contextos diversos.

A intencionalidade é condição necessária para a ação, e compreender esse elemento dinâmico e motor é fundamental para qualquer educador, especialmente em um contexto de valores imprecisos e de rotinas estabelecidas diante de desafios importantes que exigem respostas comprometidas. O papel da intenção na ação é decisivo a tal ponto que, para entender o que é qualquer delas, mais que indagar pelas causas, o que necessitamos é interpretar a intenção ou propósito do agente. Ao nos movermos neste ponto, logo ficam excluídas as ações mecânicas e involuntárias as quais, para o nosso propósito, não tem a categoria de serem plenamente humanas (SACRISTÁN, 1999, p. 33).

As práticas curriculares fortalecem o currículo por produzirem ações no campo da intencionalidade, atingindo o coletivo de forma uniforme ou individual. Neste sentido, impulsionam o currículo por uma lógica que possibilita a aprendizagem conforme os interesses e necessidades do aluno, fazendo valer suas intencionalidades dentro e fora da escola, a partir do momento que superam as orientações prescritas pelo currículo escolar. Sacristán (2000, p. 201) pontua sobre o currículo que na arquitetura da prática:

O valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza, na forma como se concretiza em situações reais. O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significação e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida. Às vezes, também, à margem das intenções, a prática reflete pressupostos e valores muito diversos. O currículo, ao se expressar através de uma práxis, adquire significado definitivo para os alunos e para os professores nas atividades que uns e outros realizam e será na realidade aquilo que essa depuração permita que seja.

Neste seguimento, Sacristán (2000) apresenta ensinamentos sobre a conexão entre currículo e prática e destaca que as práticas podem acontecer sem o foco na intencionalidade, apresentando resultados diversos. Pode-se dizer que as práticas curriculares se sedimentam pelo que está prescrito ou podem percorrer com base na necessidade do aluno e pautar-se no currículo flexível e inclusivo, abrindo caminhos distintos no processo educacional do estudante: um processo vazio, sem significado, ou construído com a participação do aluno com interação, diálogo e troca de saberes que despertem seu interesse por meio de representações e significados.

A escola vive essa realidade no processo educacional, ao se ter práticas curriculares sem intencionalidades, ou seja, que não reconhecem as especificidades dos alunos, suas diferenças de tempo e modo de aprender e, principalmente, as adversidades pessoais e sociais presentes na vida dos estudantes. O resultado é um dano social, pois mesmo a ação sendo individual, se dá no coletivo e ecoa no social. Desse modo, Sacristán (1999, p. 74) afirma

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

que: “A ação pertence aos agentes, a prática pertence ao âmbito do social, é cultura objetivada que, após ter sido acumulada, aparece como algo dado aos sujeitos, como um legado imposto aos mesmos”.

Permanecer nesse campo limitado da instrução, da imposição, resultam em práticas que não contribuem para a mudança da lógica curricular, bem como não traz contribuição na formação do educando, por se manter no campo simplista do ensino, não vinculando a necessidade do aluno à realidade social, sem criar uma rede de valores significativa ao campo curricular. Ainda, de acordo com Sacristán (1999, p. 70) “A ação deixa sinais, vestígios e marcas naqueles que a realizam e no contexto interpessoal e social no qual ocorre; gera efeitos, expectativas, reações, experiência e história” [...].

Portanto, a ação educativa, ao promover resultados que deixam marcas, vestígios que seguem ao longo da história, precisa ser concebida distante do campo da tradição, pois essas tradições podem conter novas ações. A partir dos vestígios e marcas, é possível investigar o salutar às ações, para construir o que cabe à realidade educacional de acordo com o tempo e o espaço, haja vista que as situações sociais e educacionais devem ser analisadas a partir do real, do contexto vigente.

Desse modo, compreender toda a dinâmica do processo educacional permite enfrentar práticas que trabalhem a educação pelo viés do estabelecido, fortalecendo a exclusão. A luta deve ser por práticas construídas a partir da realidade escolar, enfraquecendo o processo de exclusão que ocorre por vários fatores. Todas essas questões, reconhecidas ou renegadas, são a base do currículo escolar que rege a escola. Roldão e Almeida (2018, p. 8) alertam:

Não se trata pois de “inventar” a ideia de currículo, mas de tomar consciência da sua natureza histórico-social-realidade socialmente construída, e construção em permanente devir. Pensar historicamente o currículo e a escola implica assim tomar consciência da mutabilidade da realidade com que lidamos e abandonar uma visão estática e irrealista das instituições e das suas funções como se elas existissem desde sempre e permanecessem confortavelmente imutáveis, tal como nos habituámos a vê-las.

Admitir as questões apresentadas socialmente, significa reconhecer que foram produzidas em um processo, portanto, não são estáticas e se manifestam conforme as tensões e conflitos; romper com a reprodução convida ao ciclo inovador no qual, conforme Sacristán (1999, p. 77) “A prática é entendida como tradição nutriente, não para fixá-la e

declará-la estática, mas para aperfeiçoá-la. A percepção de que o ciclo reprodutor não serve em um determinado momento ocorre quando nos damos conta de que existem novas condições sociais ou culturais” [...].

Sendo assim, as práticas curriculares são fundamentais na educação, por darem sentido à aprendizagem, possibilitarem o reconhecimento dos contextos e incluí-los nos processos educacionais, atribuindo sentido ao processo de ensino e de aprendizagem.

As práticas curriculares durante o período pandêmico de Covid-19 na Rede Municipal de Educação de Belém

No cenário pandêmico de 2020, o ensino remoto emergencial foi determinante para a efetivação das práticas curriculares, por conduzirem as estratégias pedagógicas para a garantia das aulas *online* ou na entrega das atividades impressas, que passaram a ter significado curricular no momento de condução desse processo, que resulta na conexão entre estudantes e professores, escola e comunidade e entre os professores e professores. Essa interação é a prática curricular que vai além do ensino. Por este cenário, se sucederam as aulas das escolas públicas municipais da cidade de Belém-PA.

No Município de Belém, através do trabalho de vigilância e monitoramento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, no dia 28 de fevereiro de 2020 tivemos o primeiro caso confirmado de COVID - 19. Medidas emergenciais foram criadas pela Prefeitura Municipal, seguindo os critérios científicos estabelecidos pela OMS, para evitar a propagação da pandemia em nossa cidade. O Decreto Municipal N° 95.955 de 18 de março de 2020 declarou a situação de emergência no Município de Belém para enfrentar e prevenir a propagação do novo coronavírus. Dentre as medidas estabelecidas está a suspensão das aulas em toda a rede municipal de ensino (Artigo 3° em seu inciso I), visando a prevenção do contágio e a preservação da saúde das pessoas que trabalham, estudam e frequentam nossas instituições de ensino. (BELÉM, 2020b, p. 1).

Diante da calamidade pública, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) estabeleceu normas educacionais excepcionais, considerando as questões situacionais e legais para as aulas do Ensino Remoto Emergencial, contidas no calendário letivo aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Belém, no ano de 2020, a partir da Resolução nº 30-CME, 22/12/2022, Parecer nº 86/20. No segundo ano de pandemia, em 2021, as aulas não presenciais foram conduzidas pelo “Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2° semestre letivo-2021: Belém, cidade alfabetizada e educadora”. Onde, consta que:

Diante do contexto de pandemia, a equipe técnica da Diretoria de Ensino, num esforço em conjunto buscou os melhores meios metodológicos para atender aos alunos da rede municipal. Realizando orientação pedagógica e administrativa remota e presencial às escolas e suas equipes desde o início da Pandemia, com início no mês

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

de março de 2020. Nesta perspectiva, pontuamos as diversas ferramentas de aprendizagem, utilizadas como atividades pedagógicas desenvolvidas neste período de acordo com etapa de ensino, ciclo, ano e totalidade (BELÉM, 2020b, p. 5).

As questões curriculares, entrelaçadas às questões sociais, foram relevantes para aquele momento, que marcou a história da humanidade e a história da educação escolar, que repentinamente teve sua dinâmica alterada. Pontuar essas mudanças é benéfico para a educação, pois estão relacionadas à prática curricular do professor e da escola, e esta precisa acontecer de forma consciente e humanizada para manter o vínculo do aluno com a escola.

No contexto da pandemia, as aulas, na RME de Belém¹, efetivaram-se com as práticas curriculares dos profissionais da educação, sendo constituídas por cada escola, pela gestão, a coordenação pedagógica e a equipe docente. Tais práticas foram determinantes no enfrentamento da crise sanitária em território amazônico, que possui suas peculiaridades regionais e especificidades em cada escola. As práticas curriculares aconteceram em territórios ribeirinhos, periféricos e do campo. As especificidades territoriais e culturais dão sentido às práticas curriculares, pois durante a pandemia as estratégias e encaminhamentos definidos eram específicos para cada território, assim aconteceu com as escolas localizadas nas ilhas, e a comunidade ribeirinha.

As práticas curriculares construíram caminhos diferenciados para cada escola em seus territórios e suas especificidades contidas nas etapas de ensino: Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, e nas modalidades: Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA, e a Educação Especial com o Atendimento Educacional Especializado - AEE, acompanhadas pelos professores por meio de práticas curriculares renovadas a cada ação construída e desenvolvida, que norteou as práticas escolares durante todo o processo de aulas não presenciais no período da pandemia de Covid-19.

Mesmo com todo o esforço feito pelas professoras e professores, as disparidades sociais aumentaram na pandemia, agravando-se nas aulas não presenciais. Entende-se que o processo educacional não se separa das questões sociais, na ocasião que os sujeitos da educação são os mesmos sujeitos que fazem parte da realidade social, como assevera Morgado; Sousa e Pacheco (2020, p. 2).

Mais do que nunca a educação está a passar por um momento de grandes desafios. Nos últimos meses, a comunidade educativa tem sofrido imensas alterações nas suas práticas, agudizadas pela ausência física e pela presença invisível a que o mundo da digitalização nos foi habituando. Estamos perante uma situação que requer grande capacidade de colaboração, partilha e inovação entre os atores da comunidade educativa

Fortalecer a interligação da educação com o social propicia o entendimento da função social da escola, consumada nas práticas curriculares, e dá condições para entender os conflitos resultados de contradições políticas, econômicas e sociais, visíveis na pandemia e que precarizam ainda mais a educação. Rocha (2012, p. 117) destaca que:

Sabemos que o sistema educativo serve sempre a determinados interesses concretos. Tais interesses, evidentemente, reflete-se no currículo, haja vista ser este construto social sempre uma expressão do equilíbrio de interesses e forças, que interferem decisivamente sobre a organização e o funcionamento do sistema educativo num dado momento, afinal é por meio dos currículos que são alcançados os fins da educação no ensino escolarizado.

Faz-se necessário que os educadores conheçam as questões maiores que regem o sistema educativo, para compreenderem o que norteia o currículo, para além do ambiente escolar, e o quanto a condução de suas práticas são relevantes ao enfrentamento dos dilemas que prejudicam a educação, como foi o caso da pandemia de Covid 19.

As aulas no período da pandemia no município de Belém – PA se deram no movimento curricular e nas orientações oficiais, sustentadas pelas práticas curriculares. O primeiro ano pandêmico foi de aprendizagens e entendimento das situações sociais, pedagógicas para as aulas remotas, priorizando a construção de práticas curriculares para o momento de crise sanitária e distanciamento social, bem como o uso de tecnologias digitais para as aulas online, aos que tiveram acesso, de acordo com orientações oficiais realizadas e amadurecidas ao longo dos dois anos pandêmicos pelo *continuum* curricular (BELÉM, 2020b, p. 12). Já, em relação ao *currículo continuum*, o Conselho Nacional de Educação, em especial o Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, afirma:

A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em *continuum* o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do artigo 23, caput, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2020, p. 4).

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

Neste movimento de readequação do calendário letivo do ano de 2020, destaca-se o calendário letivo de 2021 adaptado, pontuando a reorganização da proposta do *Currículo Continuum*, referente aos anos letivos de 2020 e 2021.

Mediante esta situação, a Secretaria adotou para o ano letivo de 2021 a proposta pedagógica dentro da perspectiva de um continuum curricular, isto é, a junção das competências e habilidades, dos objetivos e objetos de aprendizagem relativos aos anos letivos de 2020 e 2021 em um único ano (BELÉM, 2020b, p. 12).

Nessa perspectiva, em relação ao trabalho na RME de Belém, os anos de 2020 e 2021 seguiram a mesma organização pedagógica e curricular. As práticas curriculares no ano de 2021 mantiveram-se alinhadas à proposta e foram acrescidas na regência da Secretaria Municipal de educação (SEMEC), por uma proposta democrática, inclusiva, coletiva e embasada na filosofia do educador Paulo Freire.

O documento norteador do ano de 2021, o “Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2º semestre letivo-2021: Belém, cidade alfabetizada e educadora”, traz a perspectiva freiriana ao convidar os profissionais da educação que, por meio de suas práticas, contribuam no resgate de uma educação democrática e popular nas escolas de Belém, em processo permanente de diálogo e ações coletivas para ultrapassarem o espaço escolar.

No contexto de Covid-19, as mazelas da educação pública foram expostas, como a falta de material e equipamentos, a falta de conexão com a rede internacional de computadores, a internet, bem como as desigualdades e os desafios dos docentes e discentes. Por essa dimensão curricular transformadora e inclusiva, o documento de retorno aponta encadeamentos que propiciam qualidade na educação pública municipal, mesmo em momentos difíceis, trazendo esperança para novos tempos. Essas intenções de um trabalho coletivo, democrático e freiriano marcam o documento do plano de retorno de 2021 com a preocupação do impacto da pandemia na vida das pessoas e na educação.

[...] reforçamos o convite para todos (as) os (as) educadores (as) conhecerem a proposta de retorno às aulas e fazemos um chamado para nos auxiliarem com suas contribuições, que são valorosas, no sentido de desenvolvermos o resgate de uma educação democrática e popular no município de Belém num processo permanente de diálogo e trabalho pedagógico coletivo (BELÉM, 2021, p. 9).

O trabalho das práticas curriculares por um currículo diverso, democrático e inclusivo fortalece o trabalho das escolas na organização e desenvolvimento das atividades, na busca

de valorização e de reconhecimento das práticas curriculares na pandemia de Covid-19, no direcionamento do currículo. O documento sustenta tal ideia quando:

Neste contexto, a compreensão do impacto da Covid-19 sobre a Educação é de grande importância, nos mostra a desigualdade, a fragilidade na profissão docente, a desestruturação da educação pública, mas, tem sido de muito aprendizado, no sentido de novas perspectivas educacionais. É preciso repensar a concepção de aprendizagem, da ação pedagógica, do currículo, é preciso fomentar uma educação transformadora, inclusiva e de qualidade (BELÉM, 2021, p. 10).

A nova perspectiva do currículo enriquece o trabalho educacional nas escolas de Belém, trazendo esperança, humanização e o sentimento de participação enquanto sujeito construtor da sua trajetória no mundo, todos estão convidados a viver essa experiência pela educação.

Dialogar sobre práticas curriculares em tempos de pandemia nesse momento difícil nos une para avançar, reivindicar e agir, evitando a estagnação contra os organismos que queiram impedir o direito à educação para todos neste tempo de instabilidades e incertezas. Freire (2019, p. 108) orienta: “Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante”. Como sujeitos históricos, temos que garantir os direitos conquistados e manter o compromisso de sempre melhorar.

Este currículo democrático e inclusivo renova as práticas curriculares, pois atribui sentido à educação: formar sujeitos cientes de suas histórias e (re)construtores delas ao longo da vida, atrelados a um sistema que precisa dar voz para ecoar histórias, memórias, identidades e saberes em solo amazônico, que precisam ser respeitados nas adversidades sociais intensificadas na pandemia e que refletem no contexto educacional.

Assim, as práticas curriculares construídas nos dois anos intensos de pandemia foram fortalecidas por valores que representam o sentido da educação básica nas escolas públicas municipais de Belém. Oportuniza dar voz aos sujeitos dessas escolas, os estudantes, suas famílias e toda sua equipe de profissionais, principalmente aos professores que, por meio de suas práticas, constroem o ensino-aprendizagem com peculiaridades regionais.

Orientações oficiais da Rede Municipal de Educação de Belém para a gestão e organização do currículo

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

A gestão curricular se dá em processo contínuo de análise, planejamento, construção, organização e avaliação, elementos fundamentais para a operacionalização do currículo escolar mediante a dinâmica e construção do processo de ensino-aprendizagem. “[...] Sempre se geriu o currículo e sempre terá de se gerir, isto é, decidir o que ensinar e porquê, como, quando, com que prioridades, com que meios, com que organização, com que resultados [...]” (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p. 8-9).

A organização resulta em ações positivas a todos e incentiva a construção do caráter socioeducacional relevante ao contexto educacional. Na pandemia, a condução do currículo diante do distanciamento social nas escolas municipais de Belém ocorreu com as orientações normativas dos documentos norteadores dos anos de 2020 e 2021, desenvolvidos no decorrer do processo.

A gestão e organização do currículo, no primeiro ano pandêmico na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), ocorreu com as possibilidades pedagógicas prescritas no ensino remoto emergencial, trazendo orientações para as práticas docentes. O Conselho Nacional de Educação diz:

Neste sentido, a fim de garantir atendimento escolar essencial, propõe-se, excepcionalmente, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível (BRASIL, 2020, p. 8).

A insalubridade social influenciou a gestão do currículo escolar no ano de 2020. Situação explícita no documento, que direcionou o funcionamento das escolas mediante as circunstâncias. O currículo escolar, ao ser trabalhado no primeiro ano de pandemia, cumpriu as orientações e normas destacando a efetivação das solicitações de cumprimento da organização das aulas por modo não presencial, pelas vias tecnológicas ou não. Sendo assim, a gestão e organização do currículo pautou-se no currículo prescrito com a garantia da organização das aulas remotas, híbridas, e dos protocolos sanitários para o funcionamento das escolas.

O segundo ano de gestão e organização do currículo para as aulas aconteceu com foco em mobilizar ações da Diretoria de educação da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) em gestar o currículo com o assessoramento às escolas por meio do atendimento específico das respectivas equipes que compõem a Diretoria de Educação – DIED/SEMEC. Conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Organização da Diretoria de Educação – DIED.

Diretoria de Educação – DIED	
Equipes de trabalho	
Coordenações	COEI – Coordenação de Educação Infantil COEF – Coordenadoria do Ensino Fundamental CEJAI – Coordenação da Educação de Jovens e Adultos e Idosos COECAP – Coordenação de Educação de campo, das Águas e das Florestas CEIIR – Coordenação de Educação Escolar dos Indígenas, Imigrantes e Refugiados CODERER – Coordenação da Educação para as Relações Étnico-Raciais CINES- Coordenação Integrada de Educação e Saúde
Departamento	DEEF – Departamento de educação Física
Sistema	SISMUBE – Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares
Centros	CFE – Centro de Formação de Educadores “Paulo Freire” CRIE – Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes”
Núcleo	NIED – Núcleo de Informática Educativa NACE- Núcleo de Artes, Cultura e Educação

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir do Quadro 1, é possível observar as equipes de trabalho e seus eixos de atuação que se somam com o trabalho da diretoria de educação, responsáveis em aplicar políticas públicas direcionadas à Educação Básica e ao currículo escolar. Algumas dessas equipes já faziam parte da diretoria de educação, outras foram instituídas em 2021 como: COECAP, CINES, CODERER, NACE.

Em 2021, com a mudança do governo municipal, um novo projeto educacional é constituído e pautado epistemologicamente na filosofia de Paulo Freire, com a oficialização da Portaria Conjunta nº 001/2021-GAB.P/PMB. O projeto atual estabelece a composição e as finalidades do grupo de trabalho “Centenário de Paulo Freire: Belém, cidade alfabetizada e educadora”. Assim, com o segundo ano de pandemia e a mudança de governo, ocorreram alguns acréscimos na estrutura das equipes, que passaram a contribuir com as escolas durante o ensino remoto e a pandemia, pautados na gestão de proposta democrática:

O caráter de uma Gestão Democrática e de uma Educação Emancipadora será alcançado quando nos posicionarmos politicamente contra o racismo, o machismo, o patriarcado, a misoginia, a homofobia, a xenofobia e a toda forma de discriminação aos diferentes e à diferença. Essas ações devem fazer parte de um projeto de

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

Educação da cidade de Belém em que as nossas unidades escolares funcionem como “pontos de cultura”, valorizando a pluriversalidade de sujeitos amazônicos, respeitando a autonomia social, os conhecimentos científicos e populares, garantindo ações-práticas que amazonizem as nossas referências curriculares (BELÉM, 2021, p. 12).

O momento pandêmico de ensino remoto trouxe várias situações dolorosas que precisaram ser discutidas e trabalhadas, redimensionando o que foi vivido pelos professores da educação básica deste país. É preciso considerar esse passado presente, aprender com ele e construir a educação escolar visibilizando e dando voz aos sujeitos da educação básica.

A situação dramática provocada pela Covid-19 obrigou-nos a dar respostas imediatas, urgentes, sem a necessária preparação e reflexão. O recurso indiscriminado aos meios digitais foi a solução possível para manter certa “continuidade educativa”, a fim de não cortar todos os laços com os alunos e proteger a saúde pública. Todavia, esse não pode ser o futuro (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 7).

Acredita-se que este momento da história precisa ser ressignificado na vida em sociedade e no contexto educacional. Pensar a educação do amanhã contemplando o coletivo, a diversidade e a democratização é esperançoso, temos que aprender com o que vivemos e promover a boa mudança, começando na escola, que é um espaço de aprendizagens e enfrentamento dos conflitos. Devemos buscar caminhos que ajudem os professores, em suas práticas curriculares, a promover a inclusão por meio da aprendizagem com condições, pois somos testemunhas de que nenhuma tecnologia ou estratégia supera a educação presencial; a construção do conhecimento permitida naquele espaço, no qual as pessoas se conhecem e trocam experiências e saberes, fazem a educação e promovem humanidade.

Outro destaque na gestão do currículo foi a inclusão das questões das escolas dos campos, ilhas e comunidades ribeirinhas; prover um currículo para a educação étnico-racial como pauta importante; articular a educação com a área da saúde no momento de calamidade pública; promover a educação escolar com as várias linguagens da arte e manifestações culturais, contribuem na formação humana em diversas dimensões. Nesse sentido, o documento do plano de retorno de 2021 apresenta:

O projeto de reestruturar a organização administrativa da SEMEC já é uma realidade, pois vem inovando com a inclusão de representações dos sujeitos amazônicos nas suas formas de pensar o fazer pedagógico. A novidade está em assegurar, no Governo da Nossa Gente, o direito das coletividades socioculturais desenvolverem

suas pedagogias específicas e diferenciadas sob o acompanhamento e o assessoramento das nossas coordenações de referência às identidades plurais como as das pessoas do campo, das águas, das florestas, negros(as), indígenas, imigrantes, refugiados(as), de sujeitos com deficiências especiais e de todas(os) nas suas diferentes fases etária da vida escolar (BELÉM, 2021, p. 12).

A partir do novo prisma da gestão curricular, na perspectiva freiriana, inclusiva e amazônica as equipes das escolas municipais de Belém, desenvolvem trabalhos em vários territórios, com as etapas de ensino e modalidades, e seguem na luta por um currículo que norteie e reconheça as diferenças e peculiaridades da comunidade escolar.

Considerações finais

A pesquisa sobre as orientações oficiais para as práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Educação de Belém, no período da pandemia, permitiu compreender como os docentes construíram as práticas curriculares no período pandêmico em consonância com as orientações oficiais, enfrentando as dificuldades impostas. O percurso da pesquisa documental mostra a relevância das práticas curriculares dos professores durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19 na Educação Básica das escolas públicas municipais de Belém.

A pesquisa está em construção, com o tratamento dos dados, a partir da análise dos documentos normativos legais para as aulas na RME de Belém, nos dois anos do ápice pandêmico, de condução das aulas por perspectivas curriculares diferentes, a partir das orientações prescritas. O documento orientador do ano letivo de 2020 apresentou o planejamento para o calendário adaptado e as estratégias pedagógicas que os gestores das escolas deveriam apresentar ao corpo docente. No primeiro ano pandêmico, essa construção foi cumprida com dificuldades e aprendizados pautados em práticas curriculares.

A escolha de uma estratégia pedagógica durante o distanciamento social não resolveria o processo educacional somente por meio das aulas e atividades, pois existem processos curriculares, culturais, sociais e humanos que, unificados, mobilizam a aprendizagem. Garantir aulas e aprendizagem, naquele momento, foi complexo e tenso para professores, professoras e os estudantes, por estarem em total vulnerabilidade, distantes uns dos outros, causando vários agravantes à educação básica.

Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares durante o ápice pandêmico de Covid-19

O segundo documento analisado do ano letivo de 2021, regido pela filosofia freiriana, trabalha as questões pedagógicas e curriculares sob uma perspectiva democrática, coletiva e inclusiva, que considerou todo o contexto de tragédia, preocupando-se com a vida humana, a dignidade dos estudantes, famílias e professores(as), trazendo as diretrizes para as aulas remotas no primeiro semestre. Neste segundo semestre, houve o retorno gradativo do ensino presencial com aulas híbridas, após todos os professores da Rede Municipal de Educação estarem vacinados. Consta, também, o trabalho das equipes da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), coordenadas pela Diretoria de Educação, que assessora as escolas, com as etapas de ensino e as modalidades educacionais.

Assim, as práticas curriculares no contexto da pandemia de Covid 19 na RME de Belém – PA ocorreram com perdas para a educação e de pessoas, contudo os professores seguiram sua práxis por àqueles que dão sentido à educação: os estudantes. (Re) construindo estratégias e atividades para manter o direito ao processo de ensino e de aprendizagem e o vínculo da comunidade escolar, dando real sentido ao currículo e construindo conhecimentos significativos para e com os estudantes, por meio de um currículo crítico e plural educativo na perspectiva democrática, coletiva e inclusiva, nas escolas públicas da RME de Belém - PA.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011.

BELÉM. Conselho Municipal de Educação. **Parecer nº 86**. Belém: CME, 22 dez. 2020a.

BELÉM. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 30**. Aprova o Calendário Letivo 2020 das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belém, conforme recomendações da Lei n.º 14.040/20, de 18 de agosto de 2020 do Conselho Nacional de Educação que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Belém: CME, 22 dez. 2020b.

BELÉM. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2º semestre letivo-2021**. Belém: SEMEC, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3v6GOpu>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BELÉM. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://bit.ly/3BQLtj7>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF: MEC, 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça. Nas trilhas da exclusão: as práticas curriculares de sala de aula como objeto de estudo. In: BUENO, José Geraldo Silveira; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça; SANTOS, Roseli Albino dos (org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008. p. 109-162.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3WcbRfq>. Acesso em: 17 set. 2021.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da pandemia. Dossiê | democracia, escola e mudança digital: desafios da contemporaneidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-16, 2021.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. A geografia escolar brasileira no contexto das reformas educacionais neoliberais. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; FAVACHO, André Márcio Picanço (org.). **Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos**. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 117-134.

ROLDÃO, Maria do Céu; ALMEIDA, Silva de. **Gestão curricular: para a autonomia das escolas e professores**. Lisboa, PT: Ministério da Educação, 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

XAVIER, Lúcia. O que revela a pandemia da Covid-19 em relação à violência e à violação dos direitos? In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (org.). **Direitos Humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e direitos Humanos**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 11-16.

Nota

ⁱ O município é formado por duas partes: a área continental e área Insular composta de quarenta e duas ilhas (que são 65% de seu território). Devido ser integrante da Amazônia Oriental resulta em um clima quente úmido e na capital mais chuvosa do Brasil. É o município mais populoso do Pará e o segundo da região Norte com uma população de 1 506 420 habitantes (BELÉM, 2022).

Sobre os autores

Marluce Batista Silva Cardoso

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão de Escola Básica da Universidade Federal do Pará.

E-mail: marlucembs99@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9130-8320>

Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Doutor em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001).

Professor Titular da Universidade Federal do Pará, exercendo atividades no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (Mestrado) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Doutorado).

E-mail: genylton@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>

Recebido em: 23/01/2023

Aceito para publicação em: 26/06/2023